

**EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

FABRÍCIO FABIANO FREDERICO FELIPE FRATARI FORTUNATO, CPF n. 065.412.606-21, casado, Médico Veterinário e Vereador, residente e domiciliado na Rua Miguel José Pontes, n. 504, bairro São Francisco, Nova Ponte/MG, com endereço eletrônico vereadorfabriciofortunnato@yahoo.com, venho à presença de Vossa Excelência apresentar **REPRESENTAÇÃO** em face de **VINICIUS RESENDE ESPÍNDULA**, vereador e então Presidente da Câmara Municipal no exercício de 2022, que poderá ser encontrado na sede da Câmara Municipal, Praça dos Três Poderes, n.46, Centro, Nova Ponte - MG, CEP 38160-000, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

No encerrar do ano de 2022, a Câmara Municipal de Nova Ponte contratou a elaboração e divulgação de REVISTA BALANÇO DA CÂMARA com evidente desvio de finalidade para enaltecer a pessoa do Presidente da Casa, caracterizando promoção pessoal com ônus ao erário público municipal.

A revista intitulada “A nossa voz, mais forte!”, trouxe estampada na contracapa a divulgação da imagem do Presidente da Câmara (e exclusivamente do Presidente!) e um longo texto de sua autoria direcionado aos eleitores, que mais parece material de propaganda eleitoral:



O desvio de finalidade do interesse público fica evidente com o caráter pouco republicano do texto escrito pelo Presidente do Legislativo e divulgado à custa do erário municipal:

Desde janeiro de 2021, quando assumi a Presidência da Câmara Municipal de Nova Ponte, tenho trabalhado incansavelmente para transformá-la na casa do povo. Foram tempos difíceis.

A “Fala do Presidente” desloca-se de qualquer contexto de interesse público e relevância coletiva, sobretudo tendo como paradigma as competências constitucionais da Câmara Municipal de fiscalização do Poder Executivo e de aprovação das proposições legislativas. Vejamos o referido texto, na íntegra:



FALA DO PRESIDENTE!

DIÁLOGO, COMPROMISSO, RESPEITO E UMA CÂMARA PARA TODOS!

Olá, amigos e amigas de Nova Ponte!

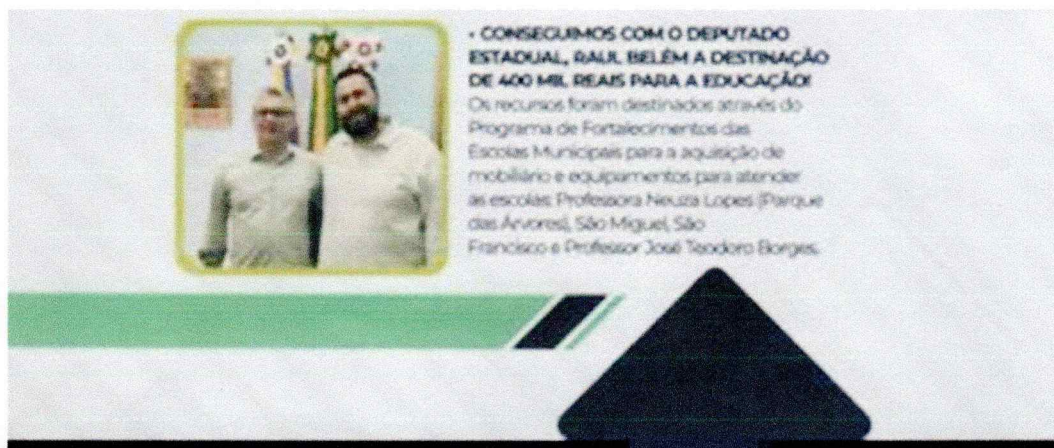
PRESIDENTE DA CÂMARA

Desde janeiro de 2021, quando assumi a Presidência da Câmara de Nova Ponte, tenho trabalhado incansavelmente para transformá-la na casa do povo. Foram tempos difíceis. Enfrentamos o segundo ano da pandemia, com aumento de casos e mortes e uma instabilidade no cenário político nacional com a chegada das eleições. Mas, diante de todas as dificuldades enfrentadas, trabalhamos com responsabilidade, competência, seriedade e transparência. Na presidência, mantive a imparcialidade, com diálogo e equilíbrio, ouvindo todos os vereadores desta casa. Deixei de lado as divergências políticas e unimos forças para trabalhar pelo bem do povo de Nova Ponte. O nosso resultado foi positivo e conseguimos, com muito trabalho, transformar a Câmara na casa de todos os novapontenses. Abrimos o nosso espaço para o diálogo, implantamos mecanismos de transparência, fiscalizamos os recursos públicos com precisão e cuidado, criamos leis e projetos importantes que impactam a vida da nossa gente. Além disso, fizemos obras e ações necessárias para colocar a sociedade de Nova Ponte dentro do espaço legislativo. Agradeço a cada servidor desta casa e também a todos os vereadores, que aqui representam segmentos importantes da nossa sociedade. Deixo o meu agradecimento especial ao povo de nossa cidade pela confiança em nosso trabalho.

Podem ter certeza, terminamos o ano com os maiores avanços feitos pelo legislativo de Nova Ponte e com uma Câmara muito mais participativa, inclusiva e que representa os interesses de nossa comunidade.

Um forte abraço e meu muito obrigado!

Mesmo nas demais publicações da revista, as informações de interesse institucional possuem viés direcionado ao enaltecimento pessoal do Presidente da Câmara, vejamos outro exemplo:



Na publicidade acima, integrante da revista, o representado divulga a obtenção de recursos de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) associada à sua imagem pessoal, confundindo a figura da Câmara Municipal com a do vereador eleito (e possível candidato na próxima eleição).

Registre-se que não há óbice à divulgação de resultados positivos do trabalho individual de um agente político. A ilegalidade reside no fato da referida publicidade se dar à custa do dinheiro público, com desvio de finalidade e abuso do poder diretivo do Presidente sobre o orçamento do Legislativo.

A referida publicidade pessoal do representado foi custeada com recursos públicos da Câmara Municipal, com custo total de R\$5.730,00 (cinco mil, setecentos e trinta reais), conforme dados do empenho disponível no Portal da Transparência da Câmara:

Movimentação do Empenho

Fornecedor: 13.376.458/0001-91 - CORTES GRAFICA DIGITAL LTDA
Empenho: 000236

Data	Descrição	Valor do Movimento	Histórico
26/12/2022	Liquidacao de Empenho	R\$ 5.730,00	REVISTA BALANÇO DA CAMARA
26/12/2022	Pagamento de Empenho	R\$ 5.730,00	Pagto de NE conf. Déb. C/C
06/12/2022	Empenho	R\$ 5.730,00	REVISTA BALANÇO DA CAMARA

Nesse contexto, temos que os fatos narrados caracterizam grave e crassa ilegalidade do Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte em prejuízo da legalidade, publicidade e impessoalidade, bem como dos recursos dos contribuintes.

A Constituição Federal estabeleceu de modo expresso, claro e contundente a proibição de qualquer publicidade governamental que possua elemento que possa caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores, veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela **não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.**

Igual proibição encontra previsão na Lei Orgânica do Município de Nova Ponte:

Art. 94 - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou entidades municipais deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela **não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem promoções pessoais de autoridades ou de funcionários públicos.**

As condutas narradas caracterizam, em tese, ato de improbidade administrativa, por ofensa aos princípios da legalidade, publicidade e impessoalidade, nos termos do art. 37, *caput*, §1º, da CF, c/c art. 11, XII, da Lei Federal n. 8.429/92, que se transcreve:

Art. 11. **Constitui ato de improbidade administrativa** que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Nesse sentido, importa mencionar recente julgado do E. TJMG:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPORTAGENS VEICULADAS EM REVISTA LOCAL - CUNHO DE PROMOÇÃO PESSOAL - DEMONSTRADO - DESVIO DE FINALIDADE - CARACTERIZAÇÃO DO ATO ÍMPROBO - SENTENÇA MANTIDA. - Nos termos do art. 37, § 1º da Constituição da República, "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo,

informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". - Se as reportagens veiculadas em revista local extrapolaram o caráter informativo e educativo, diante do manifesto intuito de promoção pessoal dos agentes políticos, revela-se configurada a prática do ato ímprobo previsto no art. 11, caput e inciso I da Lei nº 8.429/92, impondo-se a manutenção da r. sentença recorrida. (TJMG - Apelação Cível 1.0697.12.001962-8/002, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/10/2021, publicação da súmula em 03/11/2021)

Por tudo isso, requer a análise do Tribunal de Contas acerca dos fatos narrados possivelmente caracterizadores de atos de improbidade administrativa e possível dano ao erário decorrente da publicidade institucional com evidente enaltecimento do Presidente da Câmara e consequente responsabilização dos administradores nos termos do art. 10, IX, XI e XII, da Lei Federal n. 8.429/92.

Nova Ponte/MG, 29 de março de 2023.


FABRÍCIO FABIANO FREDERICO FELIPE FRATARI FORTUNATO
Vereador